



AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, CAMPUS ITAPERI, FORTALEZA¹

Danisléo Lima Alves²

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos³

Luiz Cruz Lima⁴

RESUMO

A escola apresenta uma diversidade no que se refere a subjetividades e identidades carregadas pelos (as) estudantes, em que suas vivências são influenciadas por gênero, orientação sexual, raça, etnia e classe social. No que se refere ao gênero e à sexualidade, a cisheteronormatividade posiciona crianças e adolescentes dissidentes da norma no lugar de “abjeção” (Butler, 2023). Ao visualizar a formação de professores (as) de Geografia, é necessário observar que o currículo é um território em disputa (Arroyo, 2013). Neste sentido, visualiza-se uma Geografia plural, diversa, que atente para os diálogos sobre gênero e sexualidade como elementos a serem considerados na leitura do espaço geográfico. Diante disso, este trabalho tem como objetivo dialogar sobre as temáticas de gênero e sexualidade no currículo da Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus do Itaperi, em Fortaleza, estado do Ceará. Foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico de autores (as) que permeiam a discussão de gênero, sexualidade, espaço geográfico, currículo e formação de professores (as) de Geografia e currículo; e análise do Projeto Pedagógico do Curso (PCC), Projetos de Iniciação Científica e Projetos de Extensão da UECE que apresentam diálogos sobre gênero e sexualidade. O trabalho permitiu observar como estão propostas no curso de Licenciatura em Geografia da UECE, no sentido não só de pontuar o que está ou não posto, mas também refletir sobre a possibilidade de pensar outros currículos que refletem sobre a necessidade de dialogar sobre essas temáticas tão importantes e urgentes para a formação de professores (as) de Geografia.

¹ Este trabalho resulta de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciado em Geografia pela UECE. Integrante do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO). E-mail: danisleoalves5@gmail.com.

³ Professora dos Cursos (Licenciatura e Bacharelado) de Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO) da UECE. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da UECE. E-mail: tereza.vasconcelos@uece.br.

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Emérito da UECE. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: l.cruzlima@uol.com.br.

Palavras-chave: Formação del profesorado; Currículo; *Queer*.

RESUMEN

La escuela se constituye como un espacio de diversidad, en el cual coexisten múltiples subjetividades e identidades traídas por los (as) estudiantes, cuyas vivencias están atravesadas por el género, la orientación sexual, la raza, la etnia y la clase social. En lo que respecta al género y la sexualidad, la cisheteronormatividad posiciona a niños, niñas y adolescentes disidentes de la norma en un lugar de “abyección” (Butler, 2023). Al considerar la formación de profesores(as) de Geografía, es fundamental comprender que el currículo se configura como un territorio en disputa (Arroyo, 2013), en el cual se entrecruzan diferentes perspectivas sobre la enseñanza y la lectura del espacio geográfico. En este sentido, se propone una Geografía plural y diversa, que reconozca los debates sobre género y sexualidad como dimensiones constitutivas de la experiencia espacial. Ante este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar los enfoques de género y sexualidad en el currículo de la Licenciatura en Geografía de la Universidade Estadual de Ceará (UECE), Campus Itaperi, en Fortaleza (CE). Para ello, se realizaron los siguientes procedimientos metodológicos: revisión bibliográfica de autores(as) que discuten género, sexualidad, espacio geográfico, currículo y formación docente en Geografía; y análisis del Proyecto Pedagógico del Curso (PPC), así como de Proyectos de Iniciación Científica y Proyectos de Extensión de la UECE que dialogan con estas temáticas. Los resultados permiten observar cómo las cuestiones de género y sexualidad están (o no) contempladas en el curso de Licenciatura en Geografía de la UECE, buscando no solo identificar sus presencias y ausencias, sino también reflexionar sobre la necesidad de construir currículos más abiertos y críticos, capaces de promover la formación de profesores(as) comprometidos(as) con una educación inclusiva, plural y emancipador.

Palabras clave: Formación docente en Geografía; Currículo; *Queer*.

INTRODUÇÃO

A escola se configura como um importante espaço da formação do ser humano, uma vez que ocorre o convívio social entre os (as) estudantes, através das interações, em que se aprende e desenvolve o senso crítico e a cidadania, para além de outras questões. Importante considerar que a escola é um espaço diverso no que se refere a subjetividades e identidades carregadas pelos (as) estudantes, em que suas vivências são influenciadas por gênero, orientação sexual, raça, etnia e classe social.

No que se refere ao gênero e à sexualidade, especificamente, a cisheteronormatividade, norma construída socialmente pelas estruturas patriarcais do Ocidente, influencia nas vivências e interações no espaço, em que se apresenta como normal, a cisgeneridade (se identificar com o gênero atribuído no nascimento) e a heterossexualidade (se relacionar sexualmente com pessoas do gênero oposto ao atribuído a si). Diante disso, as

existências dissidentes, a exemplo das pessoas LGBTQIAPN⁵+, tem suas espacialidades influenciadas pela cisheteronormatividade.

A partir do descumprimento da cisheteronormatividade, pessoas LGBTQIAPN⁶ tencionam a estrutura que as trata como “abjetos” (Butler, 2023), ou seja, como corpos passíveis de serem “descartados” pela sociedade. Essas pessoas são violentadas de diversas formas, seja no espaço privado familiar, seja nos espaços públicos, como nas praças, ruas, escolas e trabalho, sofrendo violações cotidianas de seus direitos civis, sociais e políticos.

Tendo em vista essa pluralidade de existências e visando uma sociedade para além da norma, acredita-se que a formação de professores (as) de Geografia é fundamental para que os diálogos sobre gênero e sexualidade ocorram na escola, através das aulas de Geografia. Para isso, a formação necessita observar as questões de gênero e sexualidade, enquanto ponto de diálogos na tríade da formação superior no âmbito da universidade: pesquisa, ensino e extensão. Considera-se que a indissociabilidade entre esses 3 (três) elementos são importantes, pois a formação para a docência deve ser construída não somente no ensino através das disciplinas, como também dialogada na pesquisa acadêmica e na extensão universitária.

Tendo em vista que o currículo da formação é um território de disputas constantes, é importante ser visualizado uma Geografia plural, diversa, que atente para os diálogos sobre gênero e sexualidade como elementos a serem considerados na leitura do espaço geográfico. Diante disso, este trabalho tem como objetivo dialogar sobre as temáticas de gênero e sexualidade no currículo da Licenciatura em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Quanto aos procedimentos metodológicos de pesquisa, foi realizado inicialmente a construção de referencial teórico, que permitiu uma discussão referenciada em geógrafos (as), filósofos (as) e educadores que dialogam sobre espaço geográfico, formação de professores (as) de Geografia, currículo, gênero e sexualidade.

Para discutir sobre a formação inicial de professores (as) de Geografia na UECE foi realizada uma análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Licenciatura em

⁵ A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual: L de lésbicas, G de Gays, B de Bissexuais, T de Transgêneros, Transexuais e Travestis, Q de *Queer*, I de Intersexo, A de Assexuais, P de Pansexuais e N de Não-Binários. O “+” representa outras identidades diversas.

⁶ A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual: L de lésbicas, G de Gays, B de Bissexuais, T de Transgêneros, Transexuais e Travestis, Q de *Queer*, I de Intersexo, A de Assexuais, P de Pansexuais e N de Não-Binários. O “+” representa outras identidades diversas.

Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em vigência desde o ano de 2024, a fim de investigar como gênero e sexualidade aparecem no documento.

Além disso, foi realizada uma busca nos sites da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGPq) e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), através dos resultados dos editais de Projetos de Iniciação Científica e Projetos de Extensão, por meio do título dos trabalhos, que abordam as temáticas de gênero e sexualidade.

O trabalho está dividido em 4 (quatro) seções, além desta introdução: *Gênero, sexualidade e Geografia*, em que se dialoga brevemente sobre a possibilidade de enxergar o pensamento e o espaço geográfico com base nas teorias feministas e *queer*; *Queerizar o currículo da formação de professores (as) de Geografia*, que é dialogado sobre currículo e as utopias em pensar um currículo *queer* de Geografia; *A licenciatura em Geografia da UECE e as discussões de gênero e sexualidade*, em que é discutido sobre a análise proposta neste trabalho; por fim, são tecidas as considerações finais.

GÊNERO, SEXUALIDADE E GEOGRAFIA

Antes de dialogar sobre a análise proposta neste trabalho, é importante pontuar sobre o surgimento das discussões sobre gênero e sexualidade na história da construção da Geografia enquanto ciência. Nesse sentido, Joseli Silva (2009) apresenta que os estudos teóricos sobre gênero foram possíveis mediante a “segunda onda” dos movimentos feministas, que se desenvolveu entre os anos 1960 e 1970, através da busca de uma igualdade de direitos entre os gêneros. Baseadas nesta ideia e estimulada pelos movimentos feministas, as discussões gênero na Geografia, em escala mundial, surgiram em meados dos anos 1970, com destaque para as geógrafas inglesas do Institute of British Geography (IBG), com contribuições também de geógrafas estadunidenses e canadenses (Silva, 2009).

No Brasil, as primeiras inquietações sobre gênero e Geografia surgiram na década de 1980, com pesquisas sobre o trabalho de mulheres no campo (Joseli Silva e Márcio Ornat, 2020), com destaque à geógrafa Rosa Ester Rossini, considerada uma das pioneiras no âmbito dos estudos de gênero na Geografia. Rossini (1993) reforçou que o objeto de estudo da Geografia é o espaço e propõe estudá-lo a partir de como as mulheres, por meio do trabalho, produzem e reproduzem o espaço. A discussão realizada por Rossini (1993) sobre o trabalho de mulheres na lavoura canavieira paulista é considerada um pontapé inicial para as discussões feministas no âmbito da ciência geográfica.

Diante da necessidade de dialogar sobre gênero no âmbito da ciência geográfica brasileira, dessa forma Suzana Veleza da Silva (1998) definiu o que seria a Geografia de



Gênero ou Geografia Feminista como “[...] aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica” (Silva, 1998, p. 108). A autora também incitou que os termos Geografias de Gênero ou Geografias Feministas se referem ao recorte da totalidade, que é falar sobre espaço geográfico e não tornar o gênero como objeto de estudo da Geografia.

A partir dos movimentos e teorias feministas foi possível observar que as opressões de gênero e sexuais alcançavam para além das mulheres cis, também sendo perpetuada para a vivência de outras pessoas. Nesse contexto surgem as “teorias *queer*”, termo cunhado pela professora italiana Teresa de Lauretis em um evento na Universidade de Califórnia, que teve como tema “teoria *queer*” (De Lauretis, 2021). Historicamente, o termo *queer* foi utilizado de forma pejorativa no inglês, utilizada para designar pessoas “estranhas” ao cisgênero e heterossexual, geralmente para aquelas que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo gênero, ou que não seguia o padrão social imposto para o seu gênero.

A palavra em inglês *queer* significa “distorcido”, sendo assim usado para designar pessoas que fogem do padrão *straight* (reto), que seria o cisgênero e heterossexual (Carlos Martinez, 2018). Por outro lado, o conceito de “teorias *queer*” é uma reapropriação de um termo que era utilizado de forma pejorativa, sendo que Teresa de Lauretis contribuiu para a construção das teorias *queer*.

Diante das proposições das feministas e *queer*, Teresa de Lauretis (2021) e Judith Butler (2023) são autoras importantes para entendermos gênero, à luz da teoria *queer*. Nesse sentido, é importante considerar a afirmação que Simone Beauvoir (1967, p. 9) faz sobre a construção do feminino: “NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher”. Ainda que a autora não tenha utilizado o termo gênero, tampouco refletido para além do feminino no “tornar-se”, Beauvoir (1967) foi crucial para entendermos que o gênero é uma construção sociocultural, que é pontuado por feministas *queer*.

Teresa de Lauretis, a partir das ideias de seu livro *Tecnologias de Gênero*, visualizou o gênero como uma construção sociocultural, através de um efeito de representações discursivas e visuais, através da língua, arte, literatura, cinema, dentre outras fontes, sendo o gênero uma atribuição, mas também uma apropriação do (a) sujeito (a) na medida em que se autorrepresenta (De Lauretis, 2021).

Judith Butler, em *Problemas de gênero*, também aponta para a construção social do gênero e a subversão da identidade. Para a autora, os corpos são interpretados por meio dos significados culturais e isso se dá por meio da performatividade, que resulta da produção e



imposição das práticas reguladoras de gênero. Butler (2023, p. 180) pontua que “esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. Dessa forma, Teresa de Laurentis e Judith Butler, através de seus escritos, permitem a visualização do gênero como construção social e cultural, que é uma atribuição, mas também uma apropriação, inscrita nos corpos pela performatividade.

Desse modo, as teorias feministas e *queer* são base dessa pesquisa, afim de visualizar as dinâmicas do espaço e suas interlocuções com o gênero e a sexualidade dos (as) indivíduos (as). Nesse sentido, é importante pontuar a relação que o corpo estabelece com o espaço geográfico.

Milton Santos (2006) propôs que a Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico, que é: “[...] o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço” (Santos, 2006, p. 39). Os objetos são coisas que existem em sua materialidade, que o ser humano utiliza em seu cotidiano e constitui um símbolo, um signo (Santos, 2006). E as ações são fruto da realização humana, que resultam de sua necessidade e intencionalidade (Santos, 2006). A junção desses objetos e ações constituem 2 (dois) sistemas que os (as) geógrafos (as) necessitam considerá-los como um todo indissociável.

Entendendo o espaço geográfico como um substrato material e imaterial resultante das interações entre sociedade e natureza, as vivências e interações no espaço são influenciadas pelas identidades carregadas pelos (as) sujeitos (as), condicionadas pelas estruturas sociais, como o capitalismo, patriarcado, colonialidade, dentre outras. Isso ocorre, porque as vivências das pessoas são perpassadas por subjetividades, que são construídas de formas complexas e estruturadas em processos sociais e históricos demarcados no espaço e no tempo (Elspeth Probyn, 2003). Dessa forma, o corpo e suas expressões materializam as relações que envolvem a subjetividade das pessoas, condicionadas pelas estruturas sociais que culturalmente constroem uma normalização dos corpos.

A cidadania também é um elemento importante ao considerar o espaço geográfico, pois está associada ao direito e deveres das pessoas nas interações e relações entre sociedade e natureza. Milton Santos (1996a) propõe considerar que os seres humanos, enquanto seres sociais, são formados por 3 (três) dimensões: individualidade (subjetividade, que tem a ver com as formas de consciência de si), socialidade (relações sociais entre as pessoas) e corporeidade (forma como se veem e se apresentam), e a relação entre essas dimensões vão definir a cidadania.



Através da corporeidade, considerando a esfera material e subjetiva que marcam o corpo, é importante pontuar que:

A escolha do homem comum [das pessoas comuns], em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa [as pessoas participam] do processo de ação. [...] A corporeidade do homem [do ser humano] é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem [ser humano] é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo. (Santos, 2006, p. 51-52, acréscimos nossos).

Ou seja, é através da corporeidade que o ser humano participa dos processos do sistema de ação, porém o controle do seu corpo nesse processo é limitado por estruturas, bem como normas sociais e isso influencia também na expressão da cidadania. Milton Santos (1996b, p. 133) define que ser cidadão é “[...] ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado”. O autor também reflete que nem todas as pessoas no Brasil são cidadãs, isso porque existe uma parcela da população que está preocupada com privilégios e não direitos (Santos, 1996b). Uma outra parcela da população é formada pelos que não podem ser cidadãos e cidadãs, justamente porque a outra parcela está preocupada com privilégios. Desse modo, sendo privilegiados, os direitos de cidadania dos outros são “mutilados” (Santos, 1996b).

Ao discutir sobre as cidadanias mutiladas, Milton Santos (1996b) exemplifica essa situação a partir dos corpos negros no Brasil, indicando que esses têm sua cidadania mutilada nas mais variadas esferas: no trabalho, em que oportunidades de emprego são negadas; na remuneração, que é melhor para uns e menor para outros; na localização da moradia; na circulação, pois o direito de ir e vir é tolhido por uma parte da população; na Educação; na Saúde, pois a medicina é elitista; na polícia e na justiça, que escolhem como tratar as pessoas pela aparência.

Quando Milton Santos (1996b) aborda as cidadanias das pessoas negras e descreva como são mutiladas em diversas esferas da sociedade, nos faz pensar sobre outros corpos, a exemplo das pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo corpos trans e travestis, que também têm suas cidadanias mutiladas no âmbito do trabalho, da Educação, Saúde, moradia e sociabilidade, dentre outras esferas. Isso acontece em virtude de uma opressão que é sistematizada pelas estruturas patriarcais que normalizam corpos e faz com que, com a norma, as dissidências sejam consideradas “abjetas” (Butler, 2023), ou seja, passíveis de serem descartadas da sociedade.

A partir das teorias feministas e *queer*, foi possível observar que as opressões de gênero e sexuais também perpassam as vivências de outras pessoas para além das mulheres



cis, afetando também pessoas que dissidem da norma, como: homens *gays*, mulheres lésbicas, pessoas trans, travestis, não binárias ou outras identidades de gênero e sexualidade.

No caminho de entender a norma, Judith Butler (2023) apresentou que a heterossexualidade compulsória é que define a sexualidade, indicando que as pessoas devem se relacionar com alguém do gênero oposto. Beatriz Bagagli (2017) apresenta a heterossexualidade compulsória como heteronormatividade e a cisgeneridade compulsória, norma que indica o padrão de gênero, como a cisheteronormatividade. A junção dos fatores que estabelecem as normas do gênero e sexualidade aponta para o conceito de cisheteronormatividade. Em vista disso, Marcelo Monteiro e Daniele Soares (2025) apresentam que a cisheteronormatividade é a norma que sustenta a LGBTfobia:

[...] apesar das diversas mudanças ocorridas nas últimas décadas – no tangente à sexualidade humana – o modelo dito “tradicional”, que equipara sexo biológico com gênero e entende a existência do homem e da mulher por si, determinado geneticamente, ainda vigora na mentalidade coletiva. Assim como ainda impera, no pensamento social, a compreensão de que o gênero e o sexo de nascimento (cishetero) é o “natural” e a única sexualidade “normal” seria a heterossexual (dentro do binarismo masculino/feminino, é a atração sexual e afetiva pelo “gênero oposto”, diferente, daí o termo hétero). Tais ideários socioculturais e históricos se propagam (ainda) por meio de discursos e ações das instituições sociais – como a religião, o judiciário, a mídia e a escola (Monteiro; Soares, 2025, p. 4)

Ou seja, a cisheteronormatividade é presente na mentalidade das pessoas, de forma consciente ou inconsciente, e segue sendo propagada pelos discursos religiosos, políticos, midiáticos e no contexto escolar, com intuito de manter o cishetero e o heterossexual como normais. A norma se manifesta nos padrões criados e propagados culturalmente através da linguagem, que tem o papel de repetição e internalização destes padrões pelas pessoas. Logo, essas regras definem gênero “normal” como aquele que vai de acordo com o sexo atribuído no nascimento e a sexualidade, que a norma é a heterossexualidade. Todas as existências para além da norma são marginalizadas na sociedade e chamamos de LGBTQIAPN+ a comunidade diversa que é dissidente do padrão cisheteronormativo.

A partir disso, é necessário pensar o espaço geográfico pela pluralidade de existências, de identidades, vivências e subjetividades, que o caracteriza não como algo dado e universal, mas sim dinâmico e plural. O currículo da formação de Geografia, nesse caminho, é um elemento de significativa importância para a construção de uma ciência atenta ao que já vem sendo pontuado por movimentos feministas e *queer*.

“QUEERIZAR” O CURRÍCULO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) DE GEOGRAFIA



O currículo é um dos elementos basilares da organização do que é ensinado nas instituições de ensino básico e superior, já que apresenta a organização dos conteúdos, os objetivos do ensino e aprendizagem, dentre outros aspectos. Diante disso, o “queerizar”, provocado no título dessa seção, busca incitar uma reflexão que resulte no pensar e construir um currículo de Geografia que observe o espaço geográfico a partir da pluralidade de existências, pensando o gênero e a sexualidade nessa construção para além de uma lógica binária normativa. Também é inspirado no texto do professor Thiago Ranniery (2022), *Ecoar o possível: do currículo queer a queerização da teoria de currículo*, que dialoga sobre a construção de uma “queerização” da teoria de currículo.

Para dialogar sobre currículo, Tomaz Tadeu da Silva (2016) faz uma discussão que é importante considerar, em que pontua os currículos como documentos de identidade, isso porque o currículo não é neutro, pois ele está imbuído de relações de poder que exprimem intencionalmente as identidades e subjetividades de um ideal de sujeito (a) que se quer produzir através do processo educativo. Silva (2016, p. 16) aponta:

[...] podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, neste sentido, situadas num campo "puramente" epistemológico, de competição entre "puras" teorias. As teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. As teorias do currículo estão no centro de um território contestado.

Dessa forma, o currículo é um território contestado dentre as mais variadas formas de ver o mundo e quem tem hegemonia consegue controlar o currículo e estruturá-lo através da sua visão de mundo, podendo utilizá-lo inclusive para reforçar as desigualdades sociais.

No caminho de entender o currículo, Miguel Arroyo (2013) apresenta-o como um território em disputa, pois, assim como todo território está exposto a disputas, o currículo também é alvo de disputas, a exemplo de outras identidades que não se enxergam no mesmo, como é o caso das pessoas LGBTQIAPN+, indígenas, negros, entre outros grupos que não são refletidos pelo currículo e que buscam espaço na base curricular:

As lutas históricas no campo do conhecimento foram e continuam sendo lutas por dessacralizar verdades, dogmas, rituais, catedráticos e cátedras. A dúvida fez avançar as ciências e converteu o conhecimento em um território de disputas [...] Em estruturas fechadas, nem todo o conhecimento tem lugar, nem todos os sujeitos e suas experiências e leituras de mundo têm vez em territórios tão cercados. Há grades que têm por função proteger o que guardam e há grades que têm por função não permitir a entrada em recintos fechados. As grades curriculares têm cumprido essa dupla função: proteger os conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos



e não permitir a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos (Arroyo, 2013, p. 13).

Dessa forma, o conhecimento proposto pelas “grades” curriculares definem e defendem o conhecimento legítimo. É observando o currículo como um território, que buscamos um currículo da formação de professores (as) de Geografia que observe a diversidade, a pluralidade de existências, atentando para a existência, resistência e reexistência das pessoas LGBTQIAPN+. É importante pontuar as existências *queer* no currículo, não somente para que sejam vistos, mas também caminhar para a construção de um novo ideal não normativo.

Nesse caminho, existem proposições de uma visão *queer*, que para além de pensar no acesso, permanência e conclusão de pessoas *queer* em todas as etapas educacionais, também observa a inclusão de novas temáticas de estudo, perspectivas teóricas e subversão dos saberes eurocêtricos, androcêtricos e LGBTfóbicos (Oliveira; Ferrari; Souza; Ribeiro, 2023). Então, o currículo *queer* é uma das visões das teorias do currículo pós-críticas, como proposta de teorização do currículo a partir da subversão da cisheteronormatividade.

As teorias pós-críticas de currículo partiram da visão de que se deve focar um currículo que reflita sobre a identidade, alteridade, diferença, subjetividade e representação, temas como gênero, raça, etnia, sexualidade aparecem nas discussões (Silva, 2016). Dessa forma, Thiago Ranniery (2022) faz apontamentos sobre o currículo *queer*, visando uma “queerização” da teoria do currículo:

Ao recusar tomar o currículo como cenário da manifestação universal de uma estrutura normativa externa com valor meramente particularizador de uma dinâmica geral de sujeição, podemos nos servir da crítica *queer* para situar o exercício de teorização de currículo, que implícita ou explicitamente realizamos. Isto envolve perturbar a teoria para que se livre de imagens conceituais legadas, quer pela sociologia do conhecimento escolar, quer mesmo pela virada cultural (Thiago Ranniery, 2022, p. 32)

É através da quebra da visão normativa, essa que coloca a ciência através de uma manifestação universal, que podemos caminhar para a teorização *queer* do currículo. No caso da Geografia, em específico, as teorias feministas e *queer* contribuem como um aporte para desconstruir o que é naturalizado e normalizado, buscando construir outras possibilidades:

O aporte das teorias feministas não é só de inserir o gênero como mais um atributo na produção do espaço, mas de questionar os saberes sobre os quais essas noções foram produzidas. Ou seja, mais do que um tema é uma epistemologia. O feminismo *queer*, especificamente, quer desnortear e desorientar, por isso, uma teoria da desconstrução (Carlos Martinez, 2018, p. 58).

Nesse sentido, observa-se a importância das teorias *queer* para esse processo de reflexão sobre o currículo, assim, Thiago Ranniery (2022, p. 34), refletiu que:



Teoria de currículo importa porque importa como observamos o currículo e os aparatos semióticos e materiais que usamos para tanto. E *queer* importa como um movimento de torção transversal, uma plataforma de imaginação para turbilhonar a teorização curricular porque importa a geração de histórias cacofônicas e perturbadas, delicadamente barulhentas e bagunçadas, que afetam aquilo que conceituamos por currículo.

Ao incitar o currículo, é necessário pontuar que o *queer* não deve estar somente preocupado na visibilidade das identidades consideradas “normais” ou “anormais”. Não é somente a identidade de gênero e sexual por si só, como também alcançar como tais identidades são atravessadas por questões de classe social, raça, religião e as articulações que revelam o ser (Robson Guedes; Karina Alves, 2020).

Dessa forma, na busca de pensar o currículo, precisamos partir do que está posto como currículo e observar as possibilidades de se abordar temáticas de gênero e sexualidades expressadas por ele.

A LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UECE E AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi fundada em março de 1975, através da Resolução nº 02 e do Decreto nº 11.233. Porém, a existência do Curso de Geografia é anterior à criação da própria universidade, pois o curso de Licenciatura foi autorizado pelo Decreto nº 22.970 de 22 de abril de 1947, posteriormente, reconhecido pelo Decreto nº 28.370 de 12 de julho de 1950 (UECE, 2022), criado no âmbito da Faculdade Católica do Ceará agregado ao de História, cujo currículo tinha como base o da Faculdade dos Irmãos Maristas do Rio Grande do Sul (Luiz Lima, 2012).

No ano de 1965, a Faculdade Católica do Ceará entrou em fase de dificuldade por conta de crises financeiras da entidade mantenedora (Mendes, 2013). Em 1966, observando a importância da faculdade para a formação de professores(as), o Governo do Estado do Ceará encampou a instituição, passando a ser chamada de Faculdade de Filosofia do Ceará - FAFICE (Lima, 2012). Com a criação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a FAFICE passou a integrar o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da instituição, assim como outras faculdades existentes na época da criação, como a Faculdade de Veterinária, Escola de Enfermagem, Escola de Administração e Faculdade Dom Aureliano de Matos (FAFIDAM), em Limoeiro do Norte (Luiz Lima, 2012).

A UECE, através do CCT, possui 02 (duas) modalidades de Curso de Geografia, Licenciatura e Bacharelado. Como a base deste estudo está na formação de professores (as) de Geografia, a Licenciatura em Geografia é central em nossa análise. A matriz curricular do

curso de Licenciatura em Geografia da UECE, teve 03 (três) atualizações nos últimos anos: 1983, 2006, 2016 e 2024. O total de estudantes matriculados no curso, no ano de 2025, era de 326 (trezentos e vinte e seis), sendo 102 (cento e dois) matriculados (as) no fluxo curricular de 2024; 217 (duzentos e dezessete) no fluxo de 2016; e 7 (sete) no fluxo de 2006 ⁷. O turno é noturno, o que permite agregar estudantes trabalhadores (as) que desenvolvem atividades laborais durante o dia e vão à universidade pela noite.

A Licenciatura em Geografia tem como objetivo formar professores (as) de Geografia para atuarem nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, além de outros espaços educativos não formais. Diante desse contexto, foi analisado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Geografia da UECE, do ano de 2024.

Vale salientar que o PCC é um documento de importância já que apresenta a organização do curso, objetivos, matriz curricular, ementas das disciplinas, orientações sobre Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de outras informações e normativas. Além disso, segue orientações das diretrizes e bases curriculares nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Diretrizes Curriculares Nacional para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFP) e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Através do PPC, foi realizada a busca das seguintes palavras-chaves que permeiam a discussão de gênero e sexualidade: gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, lésbica, *gay*, bissexual, trans, travesti, transsexual, transgênero, LGBT, mulher (es), homem, feminino, masculino, *queer* e sexo. A quantidade de vezes que os termos que aparecem no documento, assim como os significados apresentados podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Gênero e sexualidade no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Geografia da UECE, Campus do Itaperi.

Palavra-chave	Quantidade de vezes que aparece	Detalhes
Gênero	27	Aparece em partes atentando para o respeito às questões de gênero, raça, laicidade, entre outras questões na formação do

⁷ Link: <https://sisacadg.uece.br/sisacadg/login.jsf?windowId=364>.



		profissional de Geografia. Em outros trechos a palavra é apresentada no significado de gênero textuais e no conceito geográfico de gênero de vida, trabalhado por Paul Vidal de La Blache..
Mulher(es)	21	A palavra-chave mulher ou mulheres aparecem sobre as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia e nas ementas e referências das disciplinas de: Educação para as Relações Étnico-raciais e Geografia e Gênero.
Homem (ens)	11	Aparece em trechos ao retratar a humanidade através da palavra “homem”
Sexualidade	3	Aparece em trechos da ementa e referenciais da disciplina de Oficina em Geografia II (obrigatória) e Geografia e Gênero (optativa)
Sexo	2	Aparece em trechos sobre diversidade nas disciplinas optativas de Geografia e Gênero e Geografia Regional
Identidade de gênero; Orientação Sexual; Homossexual (is); Gay (s); Lésbica (s); Transexual (is); Transgênero (s); Travesti (s); LGBT	0	Não há trechos com as palavras-chaves indicadas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em UECE (2022)

Quanto às palavras “mulher” e “mulheres”, o PPC do curso de Licenciatura em Geografia, para além de abordar esse tema nas disciplinas listadas no Quadro 2, também traz a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente durante o mês de março, por todas as escolas públicas e privadas (Brasil, 2021). A Lei nº 14.164 é tratada pontualmente na disciplina de “Geografia e Gênero”, como sugestão de tema a ser abordado nas ações de extensão da disciplina.

As partes que aparecem o termo homem referem-se à humanidade como um todo, já que etimologicamente a palavra é utilizada para indicar toda a espécie humana. Por mais que assim aconteça, é importante problematizar o uso demasiado da palavra para indicar a espécie humana, pois a linguagem tem um grande poder, e ao repetirmos para indicar o todo, é como se esta figura assim o representasse.

A etimologia da palavra vem do latim *homo*, que significa ser humano, então etimologicamente seria importante utilizar “homem” para falar da humanidade como um todo,

contudo, ao utilizarmos a palavra homem para indicar a figura do sexo ou gênero masculino passamos a dar outro sentido à palavra. Dessa forma, ao repetirmos “homem” como representação da figura masculina, a figura das mulheres e de pessoas de gênero não-binário é invisibilizada.

Além disso, observamos algumas disciplinas que trazem temáticas e bibliografias acerca de gênero em suas ementas (Quadro 2). As partes que mencionam estão destacadas com sublinhado.

Quadro 2 - Disciplinas que abordam gênero e/ou sexualidade no curso de Licenciatura em Geografia da UECE

Disciplina	Ementa
Geografia Agrária (Obrigatória)	A Geografia Agrária na história do pensamento geográfico. As teorias e conceitos da Geografia Agrária. A origem e a história da agricultura no mundo. Questão agrária, agricultura camponesa e relações sociais de produção. Territorialização e expansão do capital no campo. A produção do espaço agrário brasileiro. A relação campo-cidade. Estado, capital e relações de poder no espaço agrário. Impactos ambientais, sociais e territoriais do agronegócio. Comunidades e povos tradicionais. Os conflitos no campo. Movimentos sociais e resistências no campo. <u>Agroecologia, gênero e economia solidária</u> . O Ensino de Geografia e sua interface com a Geografia Agrária, a Educação do Campo e a Agroecologia.
Oficina em Geografia II (Obrigatória)	Recursos didáticos no ensino de Geografia no Ensino Fundamental e Ensino Médio, considerando o Ensino Regular e as demais modalidades, como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Ensino Profissionalizante. O Livro Didático de Geografia, seu uso, avaliação, fundamentação teórico-metodológica e caracterização gráfica, didática e de conteúdos. <u>O livro didático a partir do tema “Gênero e sexualidade no ensino de Geografia”</u> . O uso da literatura no ensino de Geografia e metodologias ativas através das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). Desenvolvimento recursos didáticos com base na literatura, tais como notícias de jornais, fanzines, quadrinhos, cordel, poesia, gêneros textuais, charges, tirinhas de jornais etc.
Espaço e Cidadania (Optativa)	A Geografia e a ideia de cidadania. O espaço do cidadão. A sociedade de consumo e a expansão mundial de seus valores. A produção do espaço e as lutas sociais. Espaços escolares e cidadania. Povos originários, território e bem viver. <u>Relações étnico-raciais, de gênero e cidadania no Brasil</u> . Sociedade de consumo, modo de vida urbano e metrópole. Problemas sociais e cidadania.
Geografia e Gênero (Optativa)	<u>As perspectivas de gênero na Geografia. A mulher na sociedade de classes e o trabalho feminino no espaço agrário e urbano. Gênero. Educação e docência. Relações de gênero no espaço escolar. A espacialidade da construção das identidades: gênero, classe, raça.</u>

Fonte: Organizado pelo autor, com base em UECE (2022). Destaques do autor.

As referidas disciplinas apresentam as temáticas de gênero associadas ao objetivo principal delas: a “Geografia Agrária” associada ao contexto da agroecologia e economia



solidária; “Oficina em Geografia II”, disciplina que compõe a carga horária da Prática como Componente Curricular (PCC), prevista pelo Art. 11 da DCNFP (Brasil, 2019), associada ao livro didático de Geografia, indicando gênero e sexualidade como tema de análise; “Espaço e Cidadania”, disciplina optativa que destaca as relações étnico-raciais e gênero na leitura da cidadania; e a de “Geografia e Gênero” que traz os diálogos de gênero na Geografia, com referências bibliográficas teóricas (os), como: Ângela Davis, Paulo Freire, bell hooks, Guacira Louro, Heleieth Saffioti, Joseli Silva, Márcio Ornat e Ivaine Tonini.

Quanto à sexualidade, a única disciplina que apresenta como tópico de discussão na ementa é a de “Oficina em Geografia II”. Embora a disciplina de “Gênero e Geografia” não apresente a sexualidade nos tópicos de discussão, as bibliografias indicadas trazem essas discussões na perspectiva da Educação e da Geografia.

Dessa forma, percebe-se que os diálogos de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Geografia da UECE aparecem, mesmo que timidamente, o que pode ser considerado um avanço se comparado com o PPC de 2016, em que o único tópico que apresentou gênero foi a ementa da disciplina optativa de “Organização do Território Brasileiro”, sendo levantada o tópico de “diferenças de cor e gênero” (UECE, 2016, p. 39).

O PPC é um documento curricular importante, porém existe uma limitação em analisar um curso somente através deste, já que apesar de apresentar normativas curriculares para o funcionamento do curso, a exemplo da matriz curricular, não há como garantir que os (as) professores (as) das referidas disciplinas abordem o que está indicado na ementa, isso porque o documento é referencial e cada professor (a) tem sua autonomia para criar o seu programa, assim como também podem acontecer práticas que discutam sobre gênero e sexualidade nas disciplinas, mas que não estão postas no currículo.

Foi realizada uma pesquisa nos resultados dos Projetos de Extensão vinculados à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UECE, acessados através do *site* oficial⁸, em que foi estabelecido um recorte temporal entre 2015-2025, visando focar nos últimos anos de extensão. Encontramos alguns projetos, no âmbito da Geografia, relacionados a gênero e estão apresentados no Quadro 3, com os respectivos nomes das proponentes e ano de vigência. Na busca, também foram considerados os Projetos de Iniciação Artística, que também são mediados pela PROEX, porém não foram encontrados projetos no âmbito Geografia que tratam das questões de gênero e sexualidade.

⁸ Disponível em: <https://www.uece.br/proex/>. Acesso em 20 de jun. de 2025.

Quadro 3 - Projetos de Extensão aprovados pela PROEX da UECE, que envolvem gênero e/ou sexualidade na Geografia (2015-2025)

Título do projeto	Professora proponente	Ano
Cartografar para resistir: o uso do mapa na luta por direitos das mulheres pescadoras e marisqueiras da foz do rio Jaguaribe.	Camila Dutra dos Santos	2025
Cartografias das lutas e resistências: mapeando as territorialidades das marisqueiras da foz do rio Jaguaribe.	Camila Dutra dos Santos	2024
Cartografias do corpo-território: marisqueiras do rio Jaguaribe, unidas pelas águas.	Camila Dutra dos Santos	2023
Cartografia das marisqueiras do Jaguaribe: guardiãs do bem viver, unidas pelo rio.	Camila Dutra dos Santos	2022

Fonte: Organizado pelo autor, com base no site oficial da PROEX/UECE (<https://www.uece.br/proex/>.)

Esses trabalhos⁹ estão associados à Geografia Agrária e em âmbito geral levantam diálogos, através das práticas extensionistas, sobre gênero na perspectiva do trabalho de mulheres pescadoras e marisqueiras, luta, resistência e direitos na foz do rio Jaguaribe, utilizando da cartografia social para territorializar história, vida e cotidiano dessas mulheres.

Considerando a importância dos Projetos de Iniciação Científica (IC), também foi realizado uma busca dos Projetos de IC, associados aos Cursos de Geografia no recorte temporal de 2015-2025, aprovados através dos editais: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPQ), Programa de Iniciação Científica da UECE (IC/UECE) e Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BICT/FUNCAP). Os editais são acompanhados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGPq). Ao considerar as temáticas de gênero e sexualidade, foram encontrados os projetos listados no Quadro 4.

Quadro 4 - Projetos de Iniciação Científica aprovados pela PROPGPq da UECE, que envolvem gênero e/ou sexualidade na Geografia (2015-2025)

Título do projeto	Título do Subprojeto	Editais	Proponente	Ano
--------------------------	-----------------------------	----------------	-------------------	------------

⁹ Disponível em: <https://www.uece.br/cct/laboratorios/lecante/menu-lecante/extensao-lecante/>. Acesso em: 20 de jun.de 2025.



Geografia, gênero e maternidade: trajetórias de estudantes mães na licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus do Itaperi, Fortaleza-CE	O curso de licenciatura “é” mulher mãe? Trajetórias e narrativas da formação docente em Geografia da UECE, campus do Itaperi	PIBIC/CNPQ	Tereza Sandra Loiola Vasconcelos	2024-2025
Voices que ecoam contra o neoextrativismo: mulheres camponesas na luta por terra, território e justiça ambiental no Baixo Jaguaribe/CE	Gênero, território e neoextrativismo: conflitos e resistências das mulheres camponesas no Baixo Jaguaribe/CE	PIBIC/CNPQ	Camila Dutra dos Santos	2024-2025
Voices que ecoam contra o neoextrativismo: mulheres camponesas na luta por terra, território e justiça ambiental no Baixo Jaguaribe/CE	Sementes da resistência: a afirmação do protagonismo feminino camponês e popular contra o neoextrativismo no Baixo Jaguaribe/CE	IC/UECE	Camila Dutra dos Santos	2024-2025
Gênero e formação docente: as trajetórias das mulheres na licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza-CE.	As trajetórias das estudantes mulheres na licenciatura em Geografia da UECE	PIBIC/CNPQ	Tereza Sandra Loiola Vasconcelos	2023-2024
Mulheres que desafiam o destrutivismo: a luta camponesa por terra, território e justiça ambiental face às ameaças do neoextrativismo no Baixo Jaguaribe/CE	Neoextrativismo, gênero e disputas por terra: conflitos, conflitualidades e a resistência das mulheres camponesas no Baixo Jaguaribe/CE	PIBIC/CNPQ	Camila Dutra da Silva	2023-2024
Mulheres que desafiam o destrutivismo: a luta camponesa por terra, território e justiça ambiental face às ameaças do neoextrativismo no Baixo Jaguaribe/CE	A territorialização do protagonismo das mulheres camponesas na luta contra o neoextrativismo e em defesa do corpo-território no Baixo Jaguaribe/CE	IC/UECE	Camila Dutra da Silva	2023-2024

Fonte: Organizado pelo autor, com base no site oficial da PROPGPq/UECE (<https://www.uece.br/propgpq/>)

Diante dos projetos, percebemos os trabalhos realizados que envolvem gênero, sobretudo na discussão sobre as mulheres, ensino e formação de professores de Geografia, sobre a maternidade, e na territorialização e luta de mulheres camponesas. Na busca, não foi encontrado, no âmbito dos Projetos de Extensão e da Iniciação Científica, iniciativas que trabalhem diretamente a questão da sexualidade, assim como a de gênero para além da perspectiva das mulheres cis.

As causas de observarmos somente essas discussões, que são valiosas para a formação de professores (as) de Geografia, sobretudo nas questões referentes à sexualidade ou gênero para além do binarismo, acontece porque é um campo de estudos recente na Geografia e que ainda busca se estabelecer enquanto temática geográfica, logo, ainda é um campo de estudo em caminho de se estabelecer no âmbito acadêmico. Pontuar o que está posto no currículo é



importante, pois permite pensar uma construção, não somente para a UECE, mas para a Licenciatura em Geografia em outros contextos e localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que pôde ser observado, é importante considerar gênero e sexualidade como elementos que condicionam as espacialidades das pessoas. As teorias feministas e *queer* convidam a pensar uma ciência dissidente da norma que padroniza os corpos e as subjetividades, levando os corpos que não seguem a norma para o lugar da “anormalidade”. Dessa forma, o currículo da Geografia emerge como um campo de análise para a construção dessa ciência preocupada também com a formação de uma sociedade que observe na pluralidade uma potencialidade da construção das identidades dos (as) sujeitos (as).

Ao pensar o currículo a partir de uma perspectiva feminista *queer*, não se trata apenas de acrescentar novas temáticas ou identidades ao que já está posto, mas de repensar as bases epistemológicas a sustentam. “Queerizar” o currículo é, portanto, deslocar o olhar e romper a noção de neutralidade dos saberes, além de reconhecer que toda escolha curricular é também um gesto marcado por intencionalidades.

Diante do contexto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi possível observar, através da Licenciatura em Geografia, que precisamos avançar na construção de currículos que observe o que as teorias feministas e *queer* vem pontuando sobre a necessidade de rever nossas bases e reconstruir a ciência.

. Ao apresentar a análise, buscou não somente apresentar as ausências e as presenças, mas também refletir sobre a possibilidade de pensar outros currículos que reflitam sobre a necessidade de dialogar sobre essas temáticas, entendendo a importância na formação de professores (as) de Geografia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAGAGLI, Beatriz P. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras Escreve**: Macapá, v. 7, n.1, p. 137-164. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18468/letras.2017v7n1.p137-164>.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.



DE LAURETIS, Teresa. Gênero e Teoria *Queer*. Tradução: SILVA, Gabriel B. V. da. SOUZA, Leonardo L. **Albuquerque**: Revista de História, vol. 13, n. 26, 2021, p. 165-176. DOI: <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12446>.

LIMA, Luiz Cruz. A formação em geografia no Ceará: relato sobre a contribuição da Universidade Estadual do Ceará. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v.1, n.1, p.1-12, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/7054>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

MARTINEZ, César A. F. Espaços distorcidos: feminismos, teorias queer e geografias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5714>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

MONTEIRO, Marcelo R.; SOARES, Daniele F. Cisheteronormatividade como fato social: origem e sustentáculo da LGBTFobia. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 36, e. 1234, p. 1-10. 2025. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1234>.

OLIVEIRA, Danilo. A. de; FERRARI, Anderson; SOUZA, Marcos. L. de; RIBEIRO, Paula. Sobre o queer podemos pesquisar em currículo e educação?: Notas sobre expansões, obstáculos e imaginações. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 24, n.1, p. 1-18, 2023. DOI: 10.30715/doxa.v24iesp.1.18178.

PROBYN, Elspeth. The Imperative of Subjectivity In: ANDERSON, K. DOMOSH, M.; STEVE, P. and THRIFT, N. zaç. (org.) **Handbook of Ciultural Geography**. Sage Publications: London, 2003.

RANNIERY, Thiago. Ecoar o possível: do currículo queer a queerização da teoria de currículo. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Mato Grosso, v.9, n.21, p. 28-44, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v9i21.13766>.

ROSSINI, Rosa E. Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v.23, 1-58, 1993. Disponível em: <https://iea.agricultura.sp.gov.br/ftpica/ie/1993/SUP6-0193.pdf>. Acesso em: 18. jul. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 7-14. 1996a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613>. Acesso em: 04 de maio de 2025.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996b, p. 113-144.

SILVA, Joseli. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1ª ed. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2009, p. 25-53.

SILVA, Joseli; ORNAT, Márcio. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, p. 163-171, 2020. DOI: 10.1353/lag.2020.0019.

SILVA, Robson G. da; ALVES, Karina M. da C. V. Interrogações queer ao currículo: subjetividades, diferença e educação. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, v. 32, n. 1, p. 149–161, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/15039>. Acesso em: 17 set. 2025.



SILVA, Susana V. da. Geografia e Gênero/Geografia feminista: o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, p. 105-110, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia**. Fortaleza: UECE, 2022.